

# SINALIZANDO

Nº 2 • abr 2022

Revista digital do SINAL

## MOBILIZAÇÃO

### A intransigência do governo e a inevitável greve no BC

+ Valorização  
+ Autonomia

#### ATUAÇÃO

Sindicato segue na luta contra Decreto que transfere aposentadorias e pensões

#### ENTREVISTA

Fábio Faiad ressalta importância da valorização dos servidores da Autarquia

#### PREVIDÊNCIA

Novo prazo para mudança do regime de aposentadoria

#### VANTAGENS

**SINAL**  
*plus*

Conheça o SINAL Plus, mais novo convênio à disposição dos filiados

# Sumário

---

👉 *Clique nos títulos para ler as matérias na íntegra.*



A inflexibilidade e insensibilidade das autoridades do governo e dos dirigentes do BC levaram à inevitável greve



“O melhor investimento é valorizar quem cuida da economia brasileira”, afirma Fábio Faiad em entrevista ao portal InfoMoney



No STF e no Executivo, segue luta contra transferência de aposentadorias e pensões do BC ao INSS



Novo prazo para mudança do regime de aposentadoria



O modelo de remuneração como elo intergeracional no BC



Instrumentalizada pela elite, a imprensa corporativa ameaça o interesse público



SINAL PLUS: nova parceria garante aos filiados descontos em milhares de estabelecimentos em todo o país



**EXPEDIENTE**



**EDITORIAL**

**Conselho Editorial:**

Fábio Faiad, Mardônio Sarmiento e Vicente Fialkoski

**Jornalista**

**Responsável:** Luís Humberto Carrijo

**Textos:** Luís Humberto Carrijo e Samuel Oliveira

**Diagramação e arte:**

Lucivam Queiroz

**Secretária:**

Valéria Santos

**Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL)**

*Setor Comercial Sul,  
Quadra 1, Bloco G,  
Edifício Baracat, Sala  
401, Brasília/DF*

(61) 33228208

[sinal.org.br](http://sinal.org.br)

[nacional@sinal.org.br](mailto:nacional@sinal.org.br)

[sinalizando@sinal.org.br](mailto:sinalizando@sinal.org.br)

O segundo número da revista Sinalizando chega no momento em que se desenvolve um movimento reivindicatório histórico no Banco Central do Brasil. Após meses de busca pela abertura de uma negociação para a recomposição de parte das perdas remuneratórias acumuladas nos últimos anos, restaram evidentes a intransigência e inflexibilidade das instâncias decisórias do Executivo. Diante da frustração ocasionada pela postura do governo federal - paralelamente à omissão da Diretoria Colegiada do BC - não nos restou alternativa que não a deflagração de uma greve.

Semanas de crescente movimento de paralisações, operações-padrão e entrega de comissões antecederam o cruzar de braços por tempo indeterminado, iniciado no último dia 1º de abril. A mobilização ganhou grande repercussão por parte da imprensa e causou preocupação no mercado financeiro em virtude dos impactos promovidos ao dia a dia da Autoridade Monetária, como os não raros atrasos na divulgação de índices e taxas.

Como pano de fundo deste enfrentamento temos o indicativo do Planalto de uma política salarial discriminatória, privilegiando apenas alguns setores, parte de um processo de desvalorização sem precedentes do corpo funcional e do BC enquanto instituição.

Se, por um lado, a categoria recebe o reconhecimento público pelas relevantes entregas à sociedade, como o PIX, mesmo diante do contexto de crise sanitária e com as dificuldades dele resultantes, por outro, todo este suposto prestígio não se traduz na efetivação de uma agenda de valorização, não só de caráter pecuniário, mas que atenda também a outros pleitos, a exemplo da inscrição em lei de que os cargos são exclusivos de Estado, nível superior para os Técnicos, nova nomenclatura para os Analistas (Auditor), além de novas prerrogativas. Junte-se a isso, o déficit histórico de quadros - causado pelas novas aposentadorias e falta de concurso - que, a cada dia, impele os servidores a fazerem mais com menos.

Não foram poucos os alertas que fizemos à direção da Casa acerca da possibilidade de o Banco Central se tornar um “centro de treinamento de luxo”, por onde os servidores apenas estão de passagem, em busca de melhores posições nos demais órgãos da Administração Pública.

O levante contundente, inédito para muitos, deixou clara a insatisfação do corpo funcional, expressa também em cartas abertas de diversos departamentos à Diretoria Colegiada do Banco Central, cobrando ações efetivas para a mitigação das assimetrias frente a carreiras congêneres e em favor dos itens não salariais.

Você pode conferir mais detalhes deste enfrentamento e outros temas de interesse dos servidores da Autarquia (a luta contra o Decreto 10.620/2021, artigos, análises e o mais novo convênio firmado pelo Sindicato) nas próximas páginas da Sinalizando. Boa leitura. ■

Grande abraço,

**Fábio Faiad**

Presidente Nacional do SINAL

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





## **A inflexibilidade e insensibilidade das autoridades do governo e dos dirigentes do BC levaram à inevitável greve**

---

**O** movimento sindical dos servidores públicos tinha acabado de concluir uma jornada vitoriosa de dois anos com intensa presença na mídia e atos dos servidores nos Estados contra a PEC 32, com atividades por 14 semanas seguidas no Congresso Nacional. Fora um dos mais bem-sucedidos movimentos do conjunto do funcionalismo público federal - barrar uma contrarreforma administrativa, que seria a destruição do serviço público e das carreiras do funcionalismo, privatizando-o e sujeitando a indesejáveis pressões políticas. A batalha vencida foi celebrada por pouco tempo. No apagar das luzes de 2021, o governo preparou mais uma presepada contra o servidor público ao aprovar uma peça orçamentária que contemplaria concessão de reajustes salariais apenas para as categorias da segurança pública, relegando as demais, que já estão sem reajuste há cinco anos. O Congresso Nacional aprovou o Orçamento de 2022, com a previsão de R\$ 1,74 bilhão para o reajuste salarial de policiais federais, rodoviários federais e agentes do Departamento Penitenciário Nacional.

A medida do Executivo, em parceria com sua base parlamentar, caiu como uma bomba no colo do conjunto do funcionalismo,

reunificando as forças do serviço público em torno de uma única pauta: a recomposição salarial de 19,99% que é a inflação acumulada do governo Bolsonaro. Quem saiu na frente foram os servidores do Banco Central, que deram o diapasão da mobilização de seus pares.

Não foram poucas as tentativas dos dirigentes do SINAL de tratativas com os emissários do governo e do próprio Banco Central, para encontrar um caminho de consenso, e evitar a radicalização, postura que parece ser a do governo, que vem do seio do gabinete presidencial. No dia 11 de janeiro, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central saiu frustrado de uma reunião com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, a despeito de seu clima “amistoso”, mas sem qualquer sinal promissor.

Outras duas rodadas de discussão com o chefe da Autarquia foram realizadas num esforço para se avançar para um entendimento mínimo. Porém, os dirigentes sindicais saíram da mesma forma que entraram: sem nada nas mãos, mas levaram consigo a disposição de evoluir o movimento para uma greve geral *sine die*.

Para discutir os pleitos do funcionalismo, o Executivo também foi procurado, como a Casa Civil e o ministério da Economia, onde se localiza de fato o gargalo das negociações. O silêncio foi a resposta corriqueira, mesmo sob a iminência de uma paralisação generalizada dos servidores públicos, com possíveis repercussões sobre os serviços e atividades essenciais, numa clara demonstração de desprezo do governo pela pauta de todas as categorias do funcionalismo.

A única saída que as autoridades governamentais deixaram para o funcionalismo foi reagir e promover uma série de atos em modo *molto crescendo*. Não foram poucos que apostaram que a vanguarda do movimento pelo reajuste salarial – que, no caso do corpo funcional do BC, acumula uma perda de 33,46%, segundo o **Corrosômetro** do SINAL -, seria um sonho de uma noite de verão. Mas a categoria surpreendeu. A força, a determinação e a união dos servidores em torno da agenda reivindicatória encontraram eco no descontentamento da categoria com o descaso dos últimos governos com a situação salarial do funcionalismo público federal. A gota que faltava para entornar o balde foi a tentativa do governo em conceder o reajuste apenas para os operadores da segurança pública, com quem o chefe do Executivo se identifica ideologicamente.

O movimento dos servidores do Banco Central pelo reajuste salarial e pela reestruturação da carreira de analistas e técnicos se materializou no primeiro dia útil do ano com a elaboração da lista de entrega das cerca de 500 comissões gerenciais do BC. Uma série de reuniões virtuais com vários setores do Banco foi realizada para explicar a mobilização, esclarecer o maior número pos-

sível de servidores para aderir ao movimento e a não substituir os titulares, que entregaram os cargos de chefia.

Perto de dois mil servidores já haviam assinado a lista de não assunção, comprometendo-se a não assumirem os cargos de comissão entregues pelos colegas. Outro termômetro para medir a insatisfação e a coesão da categoria foi a paralisação nacional parcial do dia 18 de janeiro. Mais de 50% dos servidores cruzaram os braços por duas horas em protesto por reajustes salariais e pela reestruturação da carreira: mudança do nome do cargo de analista para auditor do Banco Central, acréscimo de prerrogativas, exigência de nível superior para o cargo de técnico, possibilidade da Centrus ser o regime de previdência complementar do órgão, definição de cargos exclusivos de Estado para os cargos de auditor, técnico e procurador, criação da taxa de supervisão e estabelecimento de independência.

Em 9 de fevereiro, outra paralisação parcial de advertência. Desta vez, por quatro horas, os computadores foram desligados. Também foram enviados e-mails com a pauta dos servidores para o presidente do BC, a fim de lembrá-lo de que a categoria não arrefeceria sua determinação.

No dia 24, de fevereiro, com a adesão de 70% do corpo funcional, os servidores do órgão desligaram seus computadores, das 14h às 18h. O ato aconteceu na data em que a Lei da Autonomia do BC fazia um ano de existência, autonomia que não alcançara, todavia, os servidores da Casa, que continuam desvalorizados e desprotegidos em sua atividade fim.

A paralisação levou a direção do BC a transferir o monitoramento de instituições jurisdicionadas do Centro de Monitoramento em São Paulo para o Centro de Monitoramento em Brasília. É procedimento padrão transferir o monitoramento de sistemas críticos do BC para a sede sempre que há qualquer evento que possa representar risco de interrupção dos serviços. Normalmente, o monitoramento das instituições financeiras é compartilhado entre Brasília e São Paulo e a transferência poderia criar uma sobrecarga para a equipe que supervisiona as operações, embora boa parte do sistema já esteja automatizado e os servidores do BC atuem mais quando surgem problemas.

Sem sinais de entendimento com o governo e restando poucos dias até a data-limite, de acordo com a legislação, para que fosse viabilizada a concessão de um reajuste salarial para os servidores federais, a categoria novamente cruzou os braços no dia 10 de março. A paralisação parcial, que teve a adesão de mais de 60% dos funcionários, desta vez afetou serviços da Autoridade Monetária, com destaque para o monitoramento de ataques hackers contra chaves PIX - o serviço mais popular do país que caiu no gosto do brasileiro. O serviço foi transferido para uma equipe de contin-

gência e houve indisponibilidade de “plantonistas” responsáveis por agir em caso de investidas contra a segurança do sistema.

Embora o sistema seja automatizado, os servidores da Autoridade Monetária fazem intervenções em caso de movimentos atípicos. Com uma equipe substituta, não treinada para a função, o risco operacional aumenta, deixando o sistema mais vulnerável a vazamentos de dados.

Houve também atraso no atendimento ao público, bem como adiamento e cancelamento de dezenas de reuniões internas e com integrantes do sistema financeiro nacional. Além disso, a distribuição de cédulas no Rio de Janeiro foi afetada e a divulgação da Ptax, taxa de câmbio calculada pela Autoridade Monetária, atrasada.

A inflexibilidade da direção do Banco Central, resumida na expressão pétrea de Roberto Campos Neto, e a insensibilidade do governo federal, que tem como ponto de lança os ataques terroristas e apocalípticos de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, que se refere aos servidores públicos como inimigos, empurraram os servidores do órgão para o inevitável. No dia 1º de abril, o movimento subiu o tom e a greve, com a participação da ANBCB (Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil) e do Sintbacen (Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central do Brasil), irrompeu como o rompimento de uma barragem após contínuos temporais. Com a adesão de 70% da categoria, as “luzes” da Autoridade Monetária começaram a apagar deixando o mercado no escuro.

Sem os dados elaborados pela expertise dos servidores do Banco Central, operadores do mercado financeiro e economistas dos grandes bancos se viram repentinamente sem as referências necessárias para avaliar riscos e para tomadas de decisão. Sem essas informações, ficaram num voo cego sem saber tecnicamente como caminham a inflação, a atividade econômica e o crédito.

O “blackout” de indicadores econômicos impediu que fossem conhecidas três importantes notas do BC: setor externo, crédito e fiscal. Da mesma forma, não foram divulgadas as projeções do mercado colhidas pela pesquisa Focus, nem os dados semanais do fluxo cambial, acendendo o sinal amarelo dos economistas de bancos e gestoras, que acreditam que há mudanças importantes em curso, sobretudo na inflação e no comportamento dos juros. Variáveis que mexem com quase tudo na economia: crescimento, câmbio, preços de ativos financeiros. Até mesmo as tarefas de informática e as atividades preparatórias do COMEF e do COPOM correm o risco de serem afetadas pela paralisação.

Só mesmo os serviços considerados essenciais, como o PIX, não foram afetados pela greve. Como explica o presidente do SINAL, Fábio Faiad, a operação do PIX não será interrompida, por ser

um produto criado pelos servidores do BC para beneficiar toda a sociedade brasileira.

O desencadear do movimento e as repercussões da greve ganharam o noticiário. GloboNews, CNN, O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Valor Econômico, rádios, veículos e sites de notícia do Brasil inteiro deram ampla exposição ao movimento, colocaram os objetivos da greve, devolvendo aos servidores do Banco Central o protagonismo dentro do funcionalismo público e a importância que representam para o bom funcionamento da economia.

A iniciativa do SINAL e a firmeza quixotesca da categoria inflamou as demais carreiras típicas de Estado, representadas pelo Fonaate (Fórum Nacional das Carreiras de Estado), assim como a base do funcionalismo, representada por entidades como a Condesef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). Servidores da CGU (Controladoria-Geral da União) e do Tesouro Nacional, por exemplo, anunciaram que iriam paralisar as atividades para discutir aumento de salário.

“O conjunto do funcionalismo reagiu para dar uma resposta ao governo Bolsonaro, que faz da política salarial dos servidores públicos um instrumento de troca de votos. Isso é um descompasso como política de governo”, diz o representante do Fonasafe, Carlos David Lobão. “Queremos a reposição do poder de compra”, resume.

O dirigente reconhece que há obstáculos de envergadura para reconquistar o que não passa de direito do funcionalismo. Ele observa que não é para amadores o enfrentamento com um governo “sem qualquer interesse em negociar com os servidores”. Do ponto de vista conjuntural, o estorvo maior é, para Lobão, superar o quadro de derrota que a categoria viveu nos últimos três anos. “Sofremos um desmonte dos direitos seculares adquiridos pela classe trabalhadora. É sair de uma posição defensiva contra as reformas, como as da Previdência e a trabalhista, para uma luta ofensiva pelo reajuste”, ensina.

O presidente do SINAL, Fabio Faiad, acrescenta que os sindicatos encontram outras barreiras nas batalhas pelas prerrogativas das categorias. “Nós nos desgastamos fortemente no combate à PEC 32. Tal luta exauriu financeira e emocionalmente as entidades sindicais ao longo de 2021. Outra dificuldade é a falta de apoio da opinião pública aos servidores. A sociedade sofre hoje as consequências da pandemia e dos erros econômicos do atual ministro Paulo Guedes e tem dificuldade para compreender nossa pauta. Uma terceira limitação é o trabalho remoto. Ainda há muitas dúvidas sobre como fazer sindicalismo nessa nova realidade laboral. Ou seja, não será fácil fazer a campanha salarial em 2022”, antecipa.

O presidente Fábio Faiad acredita que o papel das lideranças sindicais, neste momento, deve ser o de líderes inovadores. Tanto a forma de se fazer a mobilização quanto os trabalhos de comunicação com as bases, a abordagem junto à mídia e outros aspectos da luta estão sendo reinventados. “Motivar servidores em trabalho remoto, coordenar paralisações virtuais e outras novas medidas são ações que precisam ser urgentemente colocadas na ordem do dia. Felizmente, o SINAL está conseguindo fazer isso, hoje, graças à qualidade da sua Diretoria Nacional e ao apoio de diversas lideranças da base e das direções regionais do Sindicato, espalhadas por todo o país”, resume. ■

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**ENTREVISTA**

## **“O melhor investimento é valorizar quem cuida da economia brasileira”, afirma Fábio Faiad em entrevista ao portal InfoMoney**

---

**Ao veículo, presidente nacional do SINAL falou sobre pauta reivindicatória e mobilização em defesa da valorização do corpo funcional do BC**

**P**or ocasião do início da greve dos servidores do Banco Central do Brasil, no último dia 1º de abril, o portal InfoMoney entrevistou o presidente nacional do SINAL, Fábio Faiad. Ao veículo, ele falou da pauta reivindicatória da categoria e das tentativas de negociação com o governo, até então frustradas, dentre outros pontos.

“O Banco Central é o guardião da economia brasileira. O melhor investimento é valorizar quem cuida da economia brasileira”, asseverou Faiad. Confira a entrevista.

### **Por que a greve agora?**

Nós estamos tentando negociar com o governo desde novembro. Cinco meses depois, não conseguimos nenhuma proposta, então a categoria perdeu a paciência.

## **A promessa do presidente Jair Bolsonaro (PL) de conceder reajuste apenas para profissionais da segurança pública foi o estopim para o movimento?**

O movimento foi um pouco sufocado pela pandemia e outros fatores nos últimos anos, mas a atitude do presidente sem dúvida colocou gasolina na fogueira.

*“O servidor do Banco Central tem de ser bem remunerado. Queremos que sejam qualificados e bem remunerados. O nível de qualificação é muito alto também, se não pagar um bom salário eles vão embora para outros lugares.”*

## **O diálogo com o governo não foi suficiente para impedir o movimento?**

Não foi porque até agora não tem uma proposta nem uma mesa de negociações. Não queríamos entrar em greve, mas o governo tem sido intransigente.

## **O governo tem falado nos bastidores que desistiu de dar um reajuste apenas para os servidores da segurança pública – e um dos motivos seria a greve do BC. Esse gesto seria suficiente para encerrar o movimento grevista? Ou chegou em um ponto de não retorno?**

Essa sua colocação é perfeita. Chegou em um ponto de não retorno. Não tem mais como voltar atrás. Em vez de a gente parar o nosso movimento é capaz de ele [Bolsonaro] ter mais uma greve, da policia, caso ele realmente volte atrás [e não conceda o reajuste prometido].

## **E um reajuste de 5% para todo o funcionalismo público federal, como o governo também aventou nos últimos dias? Seria suficiente, apesar de os servidores do BC reivindicarem 26%?**

Não é – e vou explicar o porquê. Porque não cobre nem a inflação deste ano. Tem de tomar cuidado com essas declarações, que saem em vários jornais, porque tem muita cortina de fumaça – e muitas vezes elas são contraditórias. É sempre essa bagunça de contrainformação. Então preferimos ficar com a versão oficial.

**Os servidores do BC parecem ser os mais engajados e os que mais estão conseguindo se mobilizar. A que o senhor atribui isso?**

Várias razões. Uma é a indignação com a inflação passada e saber que só os policiais vão receber aumento [apesar da promessa de Bolsonaro, o reajuste ainda não foi concedido]. Imagina o que vai acontecer com o pessoal do departamento de informática do BC, que não vai ter reajuste, mas os da Polícia Federal, que exercem a mesma função, vão. O pessoal fica chateado de saber que uma pessoa com a mesma qualificação tem salários diferentes.

Outra é que o Bolsonaro fala sempre bem do PIX e do Banco Central, que aqui não tem aparelhamento nem ideologia, mas o reajuste vai só para a polícia. O presidente reconhece a qualidade dos servidores do BC, mas o reajuste só vai para a polícia. Esse discurso caiu como uma bomba para os servidores daqui.

**Um reajuste de 26% não seria muito acima dos reajustes que estão sendo concedidos na iniciativa privada?**

Queremos 26% para repor a inflação de 2019, de 2020, de 2021 e da previsão do Focus para 2022. Estamos pedindo apenas a reposição da inflação. A iniciativa privada conseguiu reposição dos salários, ainda que parcial, nos últimos anos. Nós estamos há vários sem qualquer reajuste. Além disso, o Banco Central é o guardião da economia brasileira. O melhor investimento é valorizar quem cuida da economia brasileira.

**Qual é a posição do sindicato sobre eventuais críticas aos salários dos servidores do BC, que seriam elevados? [A remuneração de um analista do BC é de R\$ 26,2 mil por mês, ou R\$ 341 mil por ano].**

O servidor do Banco Central tem de ser bem remunerado. Queremos que sejam qualificados e bem remunerados. O nível de qualificação é muito alto também, se não pagar um bom salário eles vão embora para outros lugares.

No nosso departamento, de informática, tem muitas empresas internacionais assediando nosso servidores, por exemplo. Qual é o interesse do governo brasileiro de ver esse setor sucateado? Temos funcionários com mestrado e doutorado que assessoram o Copom [Comitê de Política Monetária, que decide a taxa básica de juros da economia brasileira].

Não dá para comparar esse profissional com alguém que exerce uma função mais simples. No mercado de trabalho você compara no mesmo eixo. Se sucatear o trabalho, não fica ninguém. Aí o Banco Central corre o risco de virar fornecedor de mão de obra para a iniciativa privada.

Mesmo na pandemia a gente criou o Pix. E hoje esses funcionários são os mais revoltados, porque foram muitas horas extras, muitas madrugadas, muito trabalho. É justo ficar sem os funcionários que criaram o Pix por defasagem nos salários?

### **Quais são as implicações da greve para a sociedade?**

Atraso e interrupção parcial de atendimentos ao público, da distribuição de moedas e cédulas, da divulgação de indicadores com precariedade (ou não divulgados), a suspensão de autorias em instituições financeiras, a manutenção e monitoramento do Pix e do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) precarizados... São muitas.

### **O PIX corre mesmo o risco de ser totalmente paralisado devido à greve? Quais outros serviços importantes podem ser afetados?**

Os servidores do BC tem responsabilidade e não vão interromper o serviço. Mas o monitoramento não vai ser feito da mesma forma. Então os funcionários ficarão, como o próprio Campos Neto falou, em sistema de contingência. E podem ocorrer problemas e que isso gere interrupções. Sabotar e paralisar o Pix nunca será feito. A responsabilidade vem em primeiro lugar.

### **Há problemas com a atual gestão, do presidente Roberto Campos Neto?**

O grande problema é com o governo. O presidente Roberto pode ter nos atendido só agora, que o movimento cresceu, mas o grande vilão não é a diretoria do Banco Central. Muitos inclusive concordam com a reivindicação da categoria.

Os grandes gargalos se chamam Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Eles poderiam resolver a situação e há espaço orçamentário. País que tem mais de R\$ 20 bilhões de orçamento secreto e R\$ 5 bilhões de fundo partidário tem dinheiro para conceder reajuste aos servidores.

### **O sindicato criticou o fato de o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ter tirado uma ‘miniférias’ e viajado a Miami na véspera do início da greve. Esta atitude pode inflamar o movimento grevista?**

Um fato fala mais do que qualquer palavra. E esse fato fala mais do que tudo. Imagina eu tirar férias agora? Não tem chance nenhuma. Realmente pegou mal e a categoria ficou chateada.

**Como vai ser o esquema no dia 1º de greve e nos seguintes? Quantos servidores vão trabalhar? Quantos ficarão de braços cruzados? Haverá manifestações no BC?**

Isso está em negociação e esse acerto é feito sempre no 1º dia de greve. O que devemos definir até sexta [hoje] é quais serviços essenciais serão mantidos, pois atividades essenciais não podem parar.

**Quais serviços essenciais não serão afetados pela greve?**

Serviços ligados a compensações bancárias são os principais. Mesmo que 100% dos servidores entrem em greve esses serviços são mantidos, mesmo por servidores em greve, porque eles não podem parar. Manter o SPB no ar, o Pix no ar. Coisas essenciais vão continuar, porque não é de nosso interesse prejudicar os serviços essenciais. E esperamos que a greve seja a mais rápida possível.

**E qual deve ser a adesão no 1º dia?**

De cara, mais de 60%. De 60% a 70%, que já era o que estava tendo antes [os servidores já estão desde 17 de março fazendo paralisações diárias das 14h às 18h]. Já entregamos mais de 700 cargos de comissão, de um total de 1,1 mil ou 1,2 mil. Dos 3,4 mil funcionários da ativa, mais de 2,2 mil servidores certamente vão parar logo de cara. Tem setores muito radicalizados, o do Pix é um deles. Foi muito trabalho, muitas horas extras, para colocar o sistema de pé. ■

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**ATUAÇÃO**

## **No STF e no Executivo, segue luta contra transferência de aposentadorias e pensões do BC ao INSS**

*Sindicato se reuniu com representantes do gabinete da ministra Rosa Weber no início de abril; tema também pautou encontros com SGP e Casa Civil*

**N**ão bastassem os enfrentamentos advindos da agenda do Legislativo, dentre os quais se destaca em período recente a - hoje parada, mas que ainda inspira vigilância - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, conhecida como reforma administrativa, de iniciativa do governo federal, o funcionalismo ainda se defronta com ameaças gestadas e implementadas no âmbito do próprio Executivo. Exemplo disso é o Decreto 10.620, editado em fevereiro de 2021, que centraliza as atividades de gestão e manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores da Administração Federal.

No caso do Banco Central do Brasil, conforme o dispositivo, tais atribuições ficam a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mais do que os empecilhos de ordem burocrática, como o aumento do tempo entre a solicitação e a efetivação da aposentadoria, as possíveis repercussões negativas de longo prazo, em face deste processo de centralização, nos direitos e prerroga-

tivas atuais dos aposentados e pensionistas despertam o receio da classe.

Após mais de um ano, o enfrentamento segue em diferentes instâncias. No último dia 6 de abril, o presidente nacional do SINAL e vice-presidente de Comunicação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Fábio Faiad, acompanhado da assessora jurídica do Fórum, Dr<sup>a</sup> Larissa Benevides, se reuniu com membros do gabinete da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, para tratar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 6767, que questiona o Decreto 10.620/2021.

Aos assessores da magistrada, que é relatora da ADIn na Suprema Corte, a representação das Carreiras de Estado entregou memoriais, com argumentos favoráveis à declaração de inconstitucionalidade do normativo do governo federal. O Fonacate, inclusive, ingressou como *amicus curiae* - parte interessada, que se dispõe a subsidiar as discussões em curso - na ação em dezembro de 2021.

“No caso, tem-se notório desvio de finalidade (em sentido restrito) pelo Decreto n. 10.620/21. A norma, editada pelo Presidente da República confere ao INSS atribuições estranhas à sua competência legal prevista na Lei n. 8.213/01”, destaca a assessoria jurídica do Fórum em trecho da petição inicial entregue ao STF. Leia o documento na íntegra [aqui](#).

Ainda no encontro com o gabinete da ministra Rosa Weber, o Fonacate requereu celeridade na apreciação da matéria, haja vista a urgência e a abrangência do dispositivo.

## **NO EXECUTIVO**

Diante do Executivo, a atuação se dá pela revogação do Decreto. Recentemente, a matéria esteve em pauta durante reunião entre o SINAL e o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, Leonardo Sultani. O tema também foi tratado durante reunião em março com a assessoria do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ciro Nogueira. O Sindicato agora busca audiência com a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

É importante lembrar que, graças aos diálogos do SINAL com a SGP, o Banco Central foi colocado no fim da fila das autarquias e fundações que farão o processo de transição. De acordo com o cronograma inicial, as tratativas do BC com o INSS teriam início em outubro de 2021. Agora, o processo está previsto para começar apenas em setembro deste ano. A postergação garante mais tempo ao Sindicato para atuar de forma que o Decreto, por fim, não produza efeitos sobre o corpo funcional da Autoridade Monetária. ■



## PREVIDÊNCIA



# Novo prazo para mudança do regime de aposentadoria

Por José Hailton Lages Diana Júnior

**A** Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o Regime de Previdência para os Servidores Públicos Federais titulares de cargo efetivo, inclusive para os membros de Poder, cujo objetivo foi fixar limite máximo para concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público da União.

A referida lei autorizou ainda a criação de 3 entidades fechadas de Previdência Complementar, a saber, Funpresp-EXE, Funpresp-LEG, Funpresp-JUD.

Nesse sentido, os servidores que tomaram posse a partir da data de aprovação dos planos administrados por cada uma das entidades, estariam incluídos no novo regime, no caso do Poder Executivo, 04/02/2013.

No entanto, para os “antigos servidores” foi assegurado o direito de opção ao novo regime, mediante prévia e expressa opção irrevogável e irratável, com o pagamento de uma compensação pelo tempo de contribuição vertido acima do teto do Regime Geral de Previdência Social.

Importante destacar quanto a isso, que a migração não significa dizer que o servidor se aposentará pelo Regime Geral de Previdência Social, ou que irá migrar para o INSS, como, equivocadamente é divulgado entre os servidores. O servidor continuará vinculado ao Regime Próprio da União, no entanto a referência do limite máximo para recebimento de aposentadoria e pensão será o Teto do INSS, atualmente em R\$ 7.087,221.

Inicialmente, a legislação estabeleceu o prazo de 24 meses para a migração destes servidores antigos, posteriormente a lei nº 13.328 de 29 de julho de 2016 reabriu o prazo até 29/07/2018, por mais dois anos.

Por fim, a MP nº 853/2018 reabriu pela 3ª vez o prazo de migração, com data de migração até 29/03/2019.

No entanto, todas as prorrogações de prazo para migração foram realizadas de forma pretérita ou concomitante à Reforma da Previdência. Nesse sentido, após a trágica Reforma da Previdência, Emenda Constitucional nº 103/2019, em especial pelo elevado aumento da alíquota de contribuição previdenciária e pela alteração do cálculo dos benefícios, os servidores públicos federais passaram a se questionar se fizeram uma boa opção em não migrar para o Regime de Previdência Complementar.

A novidade é que no dia 16/03/2022, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei, PLN 02/2022, **com o objetivo de reabrir o prazo para a migração de regime para os servidores públicos federais, que poderão analisar as vantagens e desvantagens de acordo com as novas regras trazidas pela recente Reforma da Previdência.**

A migração de Regime de Previdência, portanto, não é algo novo para o Servidor Público Federal, devendo observar que a decisão implicará em consequências até o fim de sua existência e de seus dependentes, haja vista o reflexo da migração no cálculo também da pensão por morte.

Curioso notar que a migração pode ser vantajosa tanto para o governo quanto para o servidor, todavia a decisão de migração e adesão à previdência complementar do servidor público deve ser analisada **individualmente**, com base no seu histórico laboral, enquadramento jurídico previdenciário, data provável de aposentadoria, existência de dependentes, histórico de afastamento médico, diagnóstico de moléstia profissional, dentre outros aspectos que nortearão a escolha do servidor.

Desse modo, sendo reaberto o prazo de migração o servidor antigo pode adotar as seguintes posturas:

Ficar no regime antigo, recolhendo contribuição previdenciária sobre alíquota que pode chegar até 22% da base contributiva, mas no entanto, tendo direito de se aposentar com integralidade e paridade ou com a média de todos os salários de contribuição sem limitação ao teto do RGPS, tendo o benefício reajustado pela paridade ou reajuste anual;

Migrar para o Regime de Previdência Complementar – RPC. Este regime garante como remuneração até o teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e mais um Benefício Especial, calculado com base nos valores que o servidor recolheu acima do teto da previdência, até a data de opção para o ingresso no RPC. Este valor vai variar em função do tempo de contribuição para o RPPS, pois quanto maior o tempo de contribuição, maior será este Benefício Especial.

Migrar, como descrito no item anterior, e aderir à entidade de Previdência Complementar Fechada, fazendo aportes de 7,5% a 8,5% com contrapartida paritária da União, constituindo, assim, uma reserva matemática individual que será capitalizada ao longo do tempo e servirá para custear a sua aposentadoria futura.

Portanto, a migração para o Regime de Previdência Complementar **pode ser vantajosa** para alguns servidores e deve ser avaliada individualmente, podendo ou não optar pela adesão ao FUNPRESP, visto que a opção pelo RPC não indica, necessariamente, ingresso na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP. São decisões distintas.

Para tanto, o SINAL oferece assessoria jurídica especializada que irá analisar todos os cenários possíveis de migração e adesão ao FUNPRESP, tão logo o governo confirme a reabertura do prazo de migração, ressaltando, novamente que a cada servidor apresenta um cenário e perfil específico, uma história de vida diferente, e isso implicará na sua renda de aposentadoria.

Assim, é imprescindível que a avaliação seja individualizada, considerando as simulações matemáticas, prós e contras de uma migração, com base em todas as variáveis econômicas e de estilo de vida do servidor.



**JOSÉ HAILTON LAGES DIANA JÚNIOR**, Coordenador Previdenciário da Advocacia Riedel



ARTIGO



## O modelo de remuneração como elo intergeracional no BC

---

Por Mardônio Sarmiento

**A**té a instituição do modelo de remuneração por subsídio, o Banco Central do Brasil praticava o modelo constituído de Vencimento Básico (VB), acrescido de outras parcelas remuneratórias identificadas como gratificações – Gratificação de Qualificação e Gratificação de Atividade do Banco Central.

Naquela época, a curva remuneratória tinha uma progressividade ampla, que se estendia ao longo dos estimados 30 anos de carreira. Dessa forma, o salário de ingresso era muito menor que o de saída. O último praticamente dobrava o primeiro, considerados apenas os valores referentes ao VB, sem contar os acréscimos pelas gratificações e pelo exercício das funções comissionadas.

Tal cenário remuneratório estava fazendo com que o BC perdesse parte significativa de seus quadros mais jovens ou recém-concursados para outros órgãos públicos que praticavam salários de ingresso mais altos e curva salarial menos inclinada, na verdade, no nosso caso, uma exponencial. Esse êxodo ocorria, notadamente, dentre os servidores mais qualificados, segmento mais competi-

tivo nos concursos, configurando uma seleção perversa, contra os interesses do BC.

A solução vislumbrada pela Autarquia foi a implantação do modelo de remuneração por subsídio, a exemplo do que se estava adotando para outras carreiras de grau de importância semelhante à Carreira de Especialista do Banco Central. Com esse novo modelo, conseguiu-se sanar o problema implementando-se uma nova curva salarial, que incrementou o salário de ingresso e o ritmo de progressão. Na implantação do subsídio, os servidores mais antigos tiveram os menores índices de reajuste e os mais novos, aumentos expressivos. Com isso, estabilizou-se o quadro. Vários servidores antigos, ativos e aposentados, ficaram com seus ganhos congelados em função da nova curva, passando a perceber uma parcela denominada Vantagem Pecuniária Individual (VPI) que foi sendo absorvida por reajuste futuros, até que o valor do subsídio iguasse e superasse o excesso que apresentava sobre a curva projetada para seu tempo de casa.

Isso representou uma perda para os mais antigos, comparativamente ao incremento de remuneração dos mais novos. Era plenamente justificável, pois se tratava de proteger a instituição, sua sustentabilidade em termos de quadro de pessoal.

Posteriormente, ao longo de sucessivas reformas, todas contra os servidores, tanto ativos como aposentados, perdas nos foram sendo impostas. Com a reforma da Previdência, em 2003, por exemplo, servidores já aposentados passaram a contribuir para o regime de aposentadoria, ainda que isso não significasse qualquer perspectiva de ganho futuro. Na verdade, apenas um novo confisco de remuneração. Outra perda registrada com o passar do tempo se deu nas funções comissionadas exercidas por longo tempo, que no sistema Centrus eram mantidas.

E, talvez, a maior perda sofrida pelos servidores após sua aposentadoria seja a do poder de pressão. Dependem da solidariedade e visão de futuro dos que permanecem em atividade, o que os governos procuram eliminar, com propostas que subordinam os reajustes a sistemas que promovem o achatamento das aposentadorias.

No presente, depois de oferecer a remuneração por subsídio como garantia da paridade - aceita a contragosto quando foi instituída, porque implicava em perdas imediatas em nome de garantia futura -, o governo traz à tona proposta de quebra do subsídio e adoção de remuneração com gratificação de produtividade, o que, consequentemente, afetará tal garantia. O subsídio não era a solução? Por que passa a ser o problema? Por que impede de se reajustar a menor os proventos de aposentadoria frente aos rendimentos dos servidores ativos?

Esperta e maliciosamente o governo dissemina o argumento de que aposentados não teriam direito a ela porque estando inati-

vos não apresentam produtividade. Como se não tivessem sido produtivos quando na ativa. Como se não tivessem sido os construtores da instituição que legaram aos mais novos. Como se não se tratasse de uma corrida de revezamento em que as gerações avançam o que podem e passam o bastão à próxima, que assim, não parte do zero, e sim aproveita o alicerce que construiu a geração que lhe antecede.

Num raciocínio imediatista, muitos encampam essa argumentação e não se apercebem dos riscos que ela traz em seu bojo, para todos, não apenas para os aposentados.

Risco cultural, um dos mais graves, representado pela quebra da solidariedade intergeracional. Os novos um dia estarão na situação dos aposentados de hoje, e a nova cultura os abandonará também. Governos passam e os que chegam não se comprometem com as promessas dos antigos. O comportamento do atual demonstra isso.

Política remuneratória com gratificação de produtividade, desempenho, ou o que seja, quebra uma histórica bandeira, que é a da remuneração homogênea e não por produtividade individual.

Explicando: As pessoas em sua diversidade natural apresentam produtividade diferenciada, sem que isso caracterize necessariamente improdutividade ou desídia. Os sindicatos lutam para superar o velho trinômio “Bunda/cadeira/hora” com relógio de ponto, catracas etc., e pela sua substituição por produtividade e metas. Por aferição preferencialmente por equipes. Isso para manter a solidariedade, barrar a competição predatória entre os colegas, sem amparar acomodação das pessoas dentro das equipes.

A gestão moderna de pessoas propugna por isso, não por competição predatória. Colaboração, engajamento, compartilhamento de competências e respeito aos colaboradores.

Ao instituir remuneração com parcela por gratificação de produtividade (o tal do bônus), o governo abre o caminho para:

Estabelecer que só o topo da pirâmide de produtividade tenha acesso à maior remuneração. Inclusive não necessariamente objeto de aumento real porque apenas distribui parte da correção salarial que sonega aos que avaliar como menos produtivos.

Sacramentar a desunião entre os colegas, fragilizando a categoria.

Promover achatamento/confisco de parte dos rendimentos dos aposentados e pensionistas. É um achatamento progressivo, porque daí em diante a cada ano uma parte da reposição inflacionária lhes será negada porque será feita por meio do bônus, que não recebem ou que recebem apenas parcialmente e por tempo limitado. Ainda, acena com reajuste dos “benefícios”, como o vale alimentação, que os aposentados também não recebem.

Por último, trocar o espírito de equipe pelo individualismo, onde cada um defende o seu, sem considerar a contribuição do outro para a qualidade de seu trabalho.

Bônus de produtividade não é remuneração para todos. E mesmo os beneficiados, no primeiro momento, correm sério risco de receber o bônus em percentuais e valores diferentes entre áreas, departamentos, localidade – sede e regional, pessoas, etc. O Bônus é bom mesmo para o governo, que quer desunir, fragilizar, e achatar a folha de pagamentos.

Ademais, correções ou aumentos via bônus, não geram contribuição patronal paritária para o programa de saúde. Já via subsídio, capitalizam o FASPE, fundo financeiro que banca o PASBC, um direito histórico que tem que ser preservado.

A garantia, para todos nós, reside na união, solidariedade, e na preservação de direitos como a paridade e o subsídio. Precisaremos estar unidos e mobilizados, todos, ativos e aposentados, para nos defendermos enquanto categoria.



**MARDÔNIO SARMENTO**, diretor de Comunicação do SINAL, especialista no desenvolvimento de competências humanas e organizacionais, foi chefe do Departamento de Gestão de Pessoas do Banco Central do Brasil.

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**ANÁLISE**



## **Instrumentalizada pela elite, a imprensa corporativa ameaça o interesse público**

Por Luís Humberto Rocha Carrijo

**A**s “fake news” não são uma invenção das redes sociais como a desinformação deliberada difundida pela imprensa corporativa não é uma novidade que surgiu como método para universalizar a ideologia neoliberal. Mas ambos – as redes sociais e o neoliberalismo – amplificaram sua ação e seus efeitos. Apesar de apenas termos como certo de que o ambiente cibernético propicia conteúdos falsos, ainda enxergamos ingenuamente a mídia “mainstream” com a visão normativa de que ela funciona de maneira objetiva e plural. Nada mais equivocado.

Em países de democracia em transição, ainda sem uma tradição democrática consolidada, como se vê nos países nórdicos, a imprensa nunca operou em prol do interesse público. Até o golpe militar, a indústria da notícia funcionava como máquina de propaganda da oligarquia. No regime militar, serviu aos generais. Os grupos de comunicação que dominam o mercado brasileiro (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e as organizações Globo), não só apoiaram o golpe, como floresceram sob a sombra da ditadura.

Para obter benesses governamentais, proteção contra concorrência e condições favoráveis para a concentração de mercado, essas empresas colaboraram com o regime, acobertaram os crimes dos militares, as torturas, a censura, a repressão, os grupos de extermínio, e disseminaram a falsa imagem de um país triunfante, que prosperava. O crescimento econômico foi vendido para a sociedade como “milagre brasileiro”, fenômeno que beneficiou apenas a elite dominante. O bolo cresceu, mas nunca foi repartido.

Com o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, brota aparentemente do nada o neoliberalismo, uma ideologia capitalista que surge para contrapor o bem-sucedido sistema político de bem-estar social na Europa, onde os direitos sociais tinham primazia. O mundo ocidental precisava se submeter aos novos parâmetros de mercantilizar os direitos sociais e de privatizar a esfera pública por parte dos grandes grupos econômicos, em particular, do sistema financeiro.

As ditaduras na América Latina, apoiadas pela elite econômica, já não bastavam para o novo mercado que emergia. Para ajudar na transição de regime, a mídia foi reconfigurada como ferramenta de propaganda unívoca. “Cuspiu no prato em que comeu” e passou a fustigar os governantes fardados com reportagens sobre corrupção e violação dos direitos humanos. Depois de desgastá-los, juntou-se - ainda que com alguma resistência - aos movimentos sociais em prol da democracia.

Com a volta das eleições diretas, passaram a apoiar os políticos disponíveis mais flexíveis ou aqueles que poderiam abraçar por inteiro o neoliberalismo. Foi assim com Collor de Mello, “impeachmentado” por corrupção, com Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou as desigualdades sociais - que já existiam no regime militar - e iniciou uma mini-reforma de Estado, desvalorizando o serviço público, congelando o salário do funcionalismo federal por dez anos e vendendo estatais lucrativas a preço de banana com subsídios do Estado via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A Vale do Rio Doce é um exemplo. Foi assim também com José Serra e Aécio Neves, tucanos envolvidos até o pescoço em esquemas “subterrâneos”, acusados pelo Ministério Público de corrupção em seus Estados de domicílio eleitoral.

Foi assim com Michel Temer, que assumiu o governo depois do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, com o compromisso de retomar as reformas neoliberais iniciadas e interrompidas no governo FHC. Conseguiu num prazo veloz emplacar o Teto dos Gastos, que dificulta o reajuste salarial para o funcionalismo e trava investimentos em infraestrutura e no serviço público, e a reforma trabalhista, que tirou direitos sociais dos trabalhadores e precarizou as relações trabalhistas. Ao contrário do que fora prometido e difundido pela imprensa tradicional, não houve a tão propagandeada criação de empregos e a média salarial do brasi-

leiro despencou. Temer só não conseguiu levar adiante a reforma da Previdência, porque fora pego num redemoinho de acusações de liderar um esquema de corrupção. Mas continua sendo tratado como estadista pelos barões da imprensa por seus serviços prestados em prol do neoliberalismo.

E recentemente com Jair Bolsonaro, que junto com seu ministro da Economia, Paulo Guedes - que trata o servidor público como inimigo -, tomou o bastão de Temer e concluiu a reforma previdenciária, que tirou direitos dos mais vulneráveis e do funcionalismo público federal. A política econômica de Bolsonaro, que recebe o apoio integral da mídia dominante, também seguiu a cartilha de FHC de arrochar o funcionalismo - com a exceção dos operadores de segurança pública, por quem o presidente tem apreço. Só não tiveram sucesso em avançar na reforma administrativa por causa do bate-cabeça do governo e dos grupos de interesse.

Mas como se dá esse apoio da imprensa tradicional à elite econômica e política? Por que ela é estratégica e funciona tão bem? Embora sua credibilidade tenha afundado a níveis alarmantes no Brasil e em outras partes do mundo, a imprensa tem a exclusividade de definir o que é fato. Ela é autenticada pelo “status quo” como meio legítimo de informar o público, e essa prerrogativa está protegida constitucionalmente, o que lhe confere um poder absoluto na elaboração da visão de mundo da sociedade.

Quem compõe o “status quo”? São as instituições formais, que dão forma ao “establishment” (Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Executivo), pelas maiores entidades empresariais do país - que representam o agronegócio, o sistema financeiro, a indústria, o comércio e os serviços -, pelas academias - quase todas privadas e pró-mercado -, e pelos “think tanks” - a grande maioria de linhagem liberal criada e mantida pelas maiores corporações de cada um dos setores econômicos para produzir “estudos” que corroborem a ideologia neoliberal. Essas instituições validam umas às outras continuamente para fortalecer suas condições de autenticadoras da “democracia, da economia de mercado e da livre imprensa”. Todos esses conceitos, se olhados de perto e com honestidade intelectual, não passam de slogans, porque na verdade não funcionam para aquilo que foram criadas.

Como quem dá as cartas é o mercado - essa figura metafísica que determina os rumos de uma nação (para quem tem memória ou conhecimento, nosso passado como nosso futuro não são nem motivo de orgulho tampouco promissor) -, ficamos à mercê de suas regras. Quais são elas? Eficiência e lucro. O foco está no resultado. Para o processo, fecham os olhos. Responsabilidade socioambiental e “compliance” são palavras ao vento. Existem apenas como peça de propaganda. O que vale é o “by the book”, anglicismo corriqueiro dito com naturalidade nos corredores das

corporações empresariais que significa “seguir à risca às regras não escritas da empresa”, em geral, ilegais ou antiéticas.

Se, como prega o neoliberalismo, o país deve ser tratado como uma empresa e o chefe de Estado deve ser um gestor, os lucros e dividendos dessa gestão serão distribuídos apenas entre os sócios. Quem são os sócios? Poucos, a elite. Os servidores públicos, a classe média, os pobres e os socialmente vulneráveis não se servem dessa mesa.

Os direitos sociais passam a ser configurados como serviços que se compram e se vendem no mercado. Uma vez que esse conceito adquire outro entendimento, a democracia, no seu sentido normativo, é ferida de morte, uma vez que os direitos sociais e coletivos constituem a base de uma democracia de soberania popular. Logo, a ideologia neoliberal solapa a democracia, instrumentalizando a seu favor a imprensa, que reforça a narrativa dominante por meio do silenciamento do pensamento crítico e do cancelamento das vozes dissonantes.

A imprensa franqueia seus espaços de opinião em quase sua totalidade para porta-vozes do mercado. São economistas-chefe de bancos, são consultores financeiros, são professores de Economia de faculdades privadas, são “especialistas” de “think tanks” do liberalismo. Esse exército de catequizadores conversa com a linha editorial dos jornais, que, por sua vez, são caixas de ressonância dessa ideologia, falam pela perspectiva das lideranças empresariais, dos banqueiros e dos formadores de mercado.

O resultado dessa campanha organizada, sistemática, repetitiva, sem trégua faz com que se crie um senso comum. Daí nascem os mitos. Seria preciso uma revolução para quebrar paradigmas, desmascarar a dissimulação. A imprensa corporativa existe justamente com o propósito de criar fantasias, espalhar mentiras travestidas de verdade, difundir narrativas como se fossem fatos, a fim de universalizar e unificar o evangelho neoliberal sem questionamentos.

Não por acaso, não se encontram na mesma intensidade, com o mesmo destaque, conteúdos na mídia que contestem esse conjunto de ideias. Se a imprensa concede espaço a pensamentos bem estruturados, que revelem as lacunas e as contradições do neoliberalismo - carente de realidade e intelectualmente cheio de buracos -, essa ideologia, que domina metade do planeta, se autodestrói.

Assim que o jornalismo normativo é uma farsa. Suas páginas políticas e econômicas são artifícios ideológicos simplificados dissimulados de notícias, os estudos de “think tanks” e de “especialistas” são em grande parte enganosos e os gêneros opinativos são tergiversações bem elaboradas por “milicianos intelectuais” e agentes financeiros a serviço do mercado para ocultar os propósitos da elite econômica.

Qual a saída? Usar os princípios consensuais da Unesco, organização da ONU acima de qualquer suspeita, e exemplos bem-sucedidos das democracias que preconizam o bem-estar para regulamentar a imprensa, um mercado poderoso e altamente concentrado nas mãos de meia dúzia de barões, capaz de definir por você e pela sociedade o que é verdade.



**LUÍS HUMBERTO ROCHA CARRIJO**, jornalista e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Autônoma de Barcelona, comunicador e fundador da agência de relacionamento com a imprensa Rapport Comunica.

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**MAIS VANTAGENS**

## **SINAL PLUS: nova parceria garante aos filiados descontos em milhares de estabelecimentos em todo o país**

*Com o Silium, compras realizadas na plataforma também podem gerar cashback*

**S**er filiado ao Sindicato agora tem ainda mais vantagens. Lançada em fevereiro, a carteira nacional de convênios SINAL PLUS, fruto da parceria com o Markt Club, maior clube de benefícios do país, oferece descontos em milhares de estabelecimentos comerciais em todo o país. São instituições de ensino, academias, concessionárias, lojas de vestuário, móveis e eletrodomésticos, além de serviços, com condições exclusivas. Para começar a utilizar, basta acessar o portal [aqui](#).

No primeiro acesso, é preciso ativar o cadastro. Nessa etapa, o filiado deve informar o CPF e seguir as instruções. Atenção: o link de confirmação será encaminhado ao e-mail cadastrado no banco de dados do Sindicato. Em caso de dúvida, entre em contato com o suporte do Markt Club pelo WhatsApp (61) 99354-6881 ou pelo endereço [atendimento@temmaisvantagens.com.br](mailto:atendimento@temmaisvantagens.com.br).

Depois de logar no portal, o filiado pode buscar pelos convênios em sua região, de acordo com a categoria. Em Brasília, por exemplo,

na categoria Educação, estão disponíveis descontos nos colégios Sigma, Sérios, Mackenzie, SEB Dínatos e La Salle, e nos centros universitários Católica, CEUB, UDF, IESB, dentre outros.

Há, também, empresas nacionais, que oferecem descontos em diferentes regiões. É caso do laboratório Sabin, da rede de academias Blue Fit, das concessionárias Chevrolet, da locadora de carros Unidas e de e-commerces, como Casas Bahia, Americanas, Magazine Luiza, Polishop, dentre outros.

Além dos descontos diretos, os filiados têm, por meio da plataforma, acesso a cupons limitados que podem ser utilizados cumulativamente a outras promoções. E tem mais. Com o cashback Siliun, parte do valor das compras, em empresas conveniadas, volta para o filiado. O percentual do cashback varia de 0,9% a 9%, de acordo com o convênio, e o resgate pode ser feito a partir de 10 mil pontos.

Outro benefício exclusivo é a cotação de passagens aéreas pela Voetur, uma das maiores empresas de turismo do ramo corporativo do país, que oferece preços competitivos em trechos nacionais e internacionais. O pacote viagem pode ser complementado com uma das centenas de opções de hotéis parceiros.

Cadastre-se e aproveite todos os benefícios disponíveis.

Cada filiado pode incluir até cinco dependentes na plataforma SINAL PLUS. É preciso estar atento às informações sobre as condições de uso, que são específicas de cada empresa parceira.

Acesse e ative seu cadastro. Caso ainda não o seja, filie-se ao SINAL e aproveite estes e outros benefícios. Para saber mais sobre nossos convênios, clique [aqui](#). ■

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO

